


MOUSEION

Canoas, n. 41, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i41.9451>**O Bairro Padre Faria às margens da patrimonialização de Ouro Preto-MG**Paula Lara Leite ¹Leandro Benedini Brusadin²Lia Sipaúba Proença Brusadin³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o bairro Padre Faria que fica às margens do centro histórico da cidade de Ouro Preto (MG). Este bairro integra a principal mancha de proteção de Ouro Preto, porém, por sua localização periférica, se distanciou da imagem que caracteriza a cidade patrimonializada, apresentando uma paisagem própria. Para a análise do bairro foram realizadas pesquisas *in loco*, levantamento fotográfico e entrevistas com os moradores locais. A partir do trabalho de campo foi possível observar que as construções que compõem o bairro configuram-se como inovações híbridas, mesclando a estética colonial valorizada na cidade as possibilidades encontradas na autoconstrução. Por meio de uma reflexão teórica e prática das transformações do bairro frente à imagem típica da cidade de Ouro Preto foi possível concluir que a estética colonial é utilizada até mesmo nos imóveis que não passam por processos de aprovação nos órgãos reguladores, se constituindo como uma imposição assimilada no contexto local. Portanto, a replicação inconforme da estética colonial reflete a complexidade do território valorado e protegido frente aos sucessivos processos de adensamento e expansão urbana, e às novas necessidades dos moradores locais.

Palavras-chave: Arquitetura Colonial; Ouro Preto (MG); Patrimônio Cultural; Perímetro de Proteção.

-
- 1 Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialista em Planejamento Urbano e Produção Social do Espaço pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Técnica em Conservação e Restauro pela Fundação de Artes de Ouro Preto (FAOP).
 - 2 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca, Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi e Bacharel em Turismo pela PUC-Campinas. Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Sociologia pela Université de Paris - Faculté des Sciences Humaines et Sociales – Sorbonne, onde atuou como pesquisador convidado no Centre de Recherche sur les Liens Sociaux. Professor Associado do Departamento de Turismo e Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Permanente do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Comitê de Turismo Cultural do ICOMOS - Brasil e Editor Associado da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.
 - 3 Bacharela e Licenciada em História (UNESP) de Franca em 2008. Técnica em Conservação e Restauro pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP). Especialista em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) da UFOP. Mestre em Artes pela UFMG. Doutora em Artes pela UFMG. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq Imagem e Preservação (UFMG). Pós-doutoranda em História da Arte no College of the Arts da University of Florida (EUA). Atua como Professora dos Cursos de Pós-Graduação em Conservação e Restauração de Escultura Policromada Devocional e de Perícia e Avaliação de Obras de Arte da Universidade Santa Úrsula (USU).

The Padre Faria Neighborhood on the banks of the patrimonialization of Ouro Preto-MG

Abstract: This article aims to analyze the neighborhood Padre Faria, which is on the banks of the historic center of the city of Ouro Preto (MG). This neighborhood is part of the main protection spot of Ouro Preto, but, because of its peripheral location, it has distanced itself from the image that characterizes the heritage city, presenting its own landscape. For the analysis of the neighborhood, *in situ* surveys, photographic surveys and interviews with local residents were conducted. From the fieldwork it was possible to observe that the buildings that make up the neighborhood are configured as hybrid innovations, mixing the colonial aesthetics valued in the city the possibilities found in self-construction. Through a theoretical and practical reflection of the transformations of the neighborhood in front of the typical image of the city of Ouro Preto it was possible to conclude that colonial aesthetics is used even in properties that do not go through approval processes in regulatory agencies, constituting an imposition assimilated in the local context. Therefore, the non-conforming replication of colonial aesthetics reflects the complexity of the territory valued and protected in the face of successive processes of density and urban expansion, and to the new needs of local residents.

Keywords: Colonial Architecture; Ouro Preto (MG); Cultural Heritage; Protection Perimeter.

Introdução

Este estudo parte do pressuposto de que nos processos de preservação, manutenção e valorização de determinados bens patrimoniais — neste caso considerando principalmente as cidades identificadas como históricas —, é necessária a criação de uma narrativa ou de uma imagem que seja capaz de sintetizar e transmitir os valores, histórias e cultura associadas a esse determinado espaço. Porém, enquanto uma síntese de certos valores, a imagem definida para caracterizar um núcleo histórico é capaz de refletir, somente, os aspectos selecionados no real, não fazendo jus a completude do tecido urbano, já que este é mais complexo e dinâmico do que as especificidades patrimoniais que lhe constituem (JEUDY, 2005).

No caso específico da cidade de Ouro Preto, a imagem selecionado para representá-la, se considerado o princípio de reflexividade de Jeudy (2005), teve como base o núcleo urbano setecentista, caracterizado pelas edificações e pelo traçado colonial, o que a tornou reconhecível enquanto patrimônio cultural da humanidade. Importante ponderar que à medida em que são selecionados no real os aspectos capazes de refletir a Ouro Preto valorizada, tudo aquilo que se diferenciou da estética que a define passa a ser visto como descaracterizado.

Considera-se, também, que a consagração de certas características enquanto representantes da cidade de Ouro Preto, só foi possível em razão do poder invisível de grupos ou atores sociais, pois os autoriza a estabelecer aspectos do real, que são posteriormente validados pelos demais, mesmo que esses últimos não estejam cientes disso (BOURDIEU, 1989). Assim, ao ser determinada por um grupo específico de poder, como o caso dos modernistas respaldados pelo Estado Novo (CHUVA, 2009), a imagem da cidade de Ouro Preto acabou se constituindo de forma arbitrária, ligada a um grupo particular e aos seus interesses de classe, mesmo que tenha sido legitimada, visto que é apresentada como um interesse coletivo da nação.

Diante da eleição de uma imagem característica, as políticas patrimoniais praticadas na cidade de Ouro Preto tiveram como foco a promoção e a preservação da estética colonial, principalmente através da manutenção das fachadas, sendo aplicadas tanto às novas edificações, como naquelas que passavam por reformas ou por restauros (MOTTA, 1987). De forma sucinta, a estética arquitetônica disseminada

como legítima contava com vãos com vedação em madeira, janelas em guilhotina e vergas retas, cobertura com telhas cerâmicas e cumeeira paralela à rua, beiral em madeira e cachorros aparentes, bem como, com as alvenarias pintadas na cor branca, complementadas pelas esquadrias em cores diversas. O estilo tem como base o colonial, mas na fase primitiva da arquitetura desse período, complementada por detalhes de momentos posteriores, como a janela em guilhotina, comum já no século XIX, momento em que ocorreu a popularização do vidro no país (VIEIRA, 2016).

Em relação à diferenciação mais expressiva do bairro Padre Faria, se comparado a uma imagem idealizada da cidade de Ouro Preto, assunto abordado no presente artigo, pode ter sido motivada, entre outros fatores, pela localização específica do bairro: inicialmente nas extremidades do traçado original de Vila Rica e, atualmente, entre o núcleo central e as novas áreas ocupadas da cidade, ou seja, às margens do centro histórico. Outro fator referente a sua localização é que se trata de uma porção do território que não pode ser avistada a partir do “centro histórico”, assim, não interfere diretamente na paisagem do núcleo urbano mais fiscalizado, como outros bairros da cidade de constituição mais recente, o que indicaria maior liberdade construtiva a partir da menor interferência do órgão regulador.

Acredita-se que foi em razão desses e de outros fatores, discutidos no decorrer do trabalho, que o bairro Padre Faria se diferenciou de maneira mais expressiva, em comparação a outros bairros constitutivos do Caminho Tronco, apesar de ainda manter ao longo de seu território trechos que se aproximam da estética protegida. Em síntese, é possível observar em seu território atual, tanto remanescentes do período colonial, valorados e protegidos por meio dos instrumentos de preservação vigentes na cidade, como novas edificações aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, assim, seguindo a harmonia de conjunto proposta pela instituição. No entanto, além dessas, ainda estão imóveis informais, sendo esses completamente destoantes da estética definida ou até mesmo com inovações derivadas do colonial, em conformidade com as possibilidades de cada morador. Trata-se, então, de um território que pode ser considerado híbrido, se observado a partir da reflexividade característica da cidade de Ouro Preto.

Outro aspecto a ser considerado nesta reflexão, resultado da diferenciação de determinados trechos que constituem a cidade de Ouro Preto é que diante disso cada bairro acaba ocupando um lugar hierárquico próprio, conforme sua adequação ou inadequação ao imaginário da cidade colonial. Como observado por Cordeiro (1997), a partir da institucionalização de uma imagem patrimonializada de cidade, acaba se estabelecendo uma diferenciação hierárquica entre os bairros que a constituem, já que somente alguns deles são capazes de representá-la, bem como a sua memória oficial e o seu imaginário. Dessa maneira, questiona-se o poder simbólico capaz de estabelecer um lugar, ou um conjunto de lugares, como representantes de toda a cidade, apesar da expressiva complexidade presente em sua realidade concreta.

Com base nesses apontamentos, para a elaboração da análise sobre o bairro Padre Faria foi realizada pesquisa documental para contextualização de seu processo de povoamento, ocupação e expansão urbana. Além disso, foi realizada pesquisa *in loco* para análise de sua composição urbana atual, feita a partir de registros fotográficos que foram sistematizados em diagramas e mapas. No momento do campo também foram empreendidas entrevistas semiestruturadas com os moradores locais, buscando compreender qual a percepção desses a respeito da constituição atual do bairro. Todas essas metodologias subsidiaram os apontamentos expressos neste artigo.

Acredita-se que a criação e a imposição de uma imagem da cidade de Ouro Preto refletem as assimetrias sociais, as lógicas e os espaços de poder. O poder de instituir um aspecto característico da cidade, fazendo-o prevalecer, nos diferentes trechos que lhe constituem, nem que seja no imaginário de uma ordem local. Em contrapartida, a imposição dessa imagem dominante ainda permite a análise dos processos que se estabelecem às margens (DAS; POOLE, 2004), sendo estes as táticas e astúcias dos moradores ao empreenderem suas moradias e práticas cotidianas em uma lógica imposta externamente e nem sempre compatível com seus modos de vida (CERTEAU, 1998). Diante disso, o que ocorre é que a ordem determinada pelo poder se estabelece nas regiões às margens do centro histórico de forma particular, reorganizadas de acordo com a agência da comunidade local, no plano social, institucional e cultural.

O bairro Padre Faria e sua localização específica no tecido urbano da cidade de Ouro Preto

Mesmo em conjunto e conformando uma unidade, os bairros de uma cidade apresentam realidades contrastantes no contexto do núcleo urbano que integram. Como colocado por Cordeiro (1997), cada bairro é constituído por um conjunto de características fundamentais díspares, tais como tamanho, localização, características topográficas, tipológicas, níveis de coesão social, práticas cotidianas e culturais e, em decorrência disso, ganham diferentes níveis de importância na narrativa geral da cidade. Assim, mesmo que os bairros contribuam de forma conjunta para delinear o aspecto de uma cidade, eles apresentam uma série de especificidades que lhe caracterizam e que asseguram o seu papel no contexto geral.

São as características específicas de cada bairro que determinam se eles se assemelham ou se diferem da imagem que é formulada para caracterizar as cidades que compõem, principalmente no caso daquelas identificadas como “cidades históricas”. Nesse sentido, são as especificidades constitutivas de cada bairro que permitem a estruturação de semelhanças e diferenças com um ideal criado de cidade, fazendo-os ocupar um lugar específico na hierarquia do imaginário local (CORDEIRO, 1997). No caso específico de Ouro Preto e de sua imagem de cidade, reflexo da lógica patrimonial, são as especificidades de cada bairro que permitem caracterizá-los como preservados ou descaracterizados e, a partir disso, definir sua posição na hierarquia do imaginário local.

No que tange a localização do bairro Padre Faria na configuração urbana da cidade para compreensão de suas especificidades, por muito tempo ele se estabeleceu como um dos extremos, estando no limite do Caminho Tronco definido por Sylvio de Vasconcellos (2011) e nesse aspecto, da principal área de preservação. Em decorrência disso, autores como Vieira (2006), por exemplo, definiram a região como os extremos da cidade, levando em consideração fundamentalmente o trecho de ocupação inicial e posteriormente de proteção. Contudo, o que se observa é que em razão dos processos de expansão urbana, a localização do bairro Padre Faria hoje não é exatamente essa, visto que os extremos da cidade de Ouro Preto atualmente são outros (COSTA, 2011).

No que concerne à contextualização histórica do bairro, os registros documentais apontam que a ocupação do território no qual se encontra o Padre Faria teve início por volta de 1698 (VASCONCELLOS, 2011), momento em que se constituíram os traços do arraial de mesmo nome, em decorrência dos acampamentos promovidos pela expedição dos paulistas no interior de Minas Gerais (SAINT-HILAIRE,

1938). O nome que identificou o arraial, em momento no qual ele ainda nem se encontrava consolidado, é uma referência direta ao Padre João de Faria Fialho, religioso que à época acompanhou as expedições pelo interior de Minas Gerais em busca de achados minerários. Com efeito, a denominação teria sido dada primeiramente ao ribeirão Padre Faria, “descoberto” por Antônio Dias e então concedido ao religioso (VASCONCELLOS, 1904).

De acordo com edição da Revista do Arquivo Público Mineiro do ano de 1901, o Padre João de Faria Fialho, teria nascido no século XVII em São Sebastião, no estado de São Paulo. Entre os seus familiares mais conhecidos estavam o seu irmão Antônio de Faria Sodré, o seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna, e seu tio Miguel de Faria Sodré, sendo este último o possível fundador de Pitangui. O religioso teria acompanhado a expedição de 1693/1694 às regiões do Alto Sapucahi e Rio Grande, comandada por Manoel de Borba Gato, juntamente com seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna. A partir dessa expedição, teria se estabelecido às margens dos rios da serra de Ouro Preto, o que fez com que a região do Padre Faria recebesse o seu nome. Somente alguns anos mais tarde, em 1705, quando uma pequena ocupação já havia se consolidado no local em prol dos processos minerários, que ele teria sido enviado novamente ao local para servir como vigário, por iniciativa de D. Francisco de S. Jeronymo, então bispo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (TOLEDO, 1901).

No caso específico do Arraial do Padre Faria, como a ocupação ocorreu em virtude da busca por metais preciosos e dos acampamentos conformados com esse intuito, às margens dos ribeirões para retirada do ouro de aluvião, pode-se dizer que a organização ocorreu, na medida do possível, em conformidade com as prerrogativas definidas na época para a exploração aurífera, que fora instalada a meia légua dos demais acampamentos fixados nas proximidades com o mesmo propósito. De acordo com Vasconcellos (1904, p. 271) estavam “as minas de Ouro Preto separadas meia legoa das de Antônio Dias, e estas a meia legoa do Padre Faria”. Essa determinação acabou refletindo no processo de ocupação territorial, e visava controlar os descobrimentos minerários, abundantes na época, impedindo que os mineradores reivindicassem um número incontável de novas descobertas (VIEIRA, 2016).

As primeiras formas urbanas de Vila Rica se conformaram a partir da ligação desses diferentes arraiais, constituídos em razão da busca de minerais e dos caminhos traçados para possibilitar o acesso entre eles, comumente de forma longitudinal. Os caminhos, em alguns pontos já ocupados pelos comerciantes que atendiam as populações dos arraiais, foram transformados em ruas e esses trechos de ligação ocupados, caracterizando a vila e cidade (ASSUMPÇÃO, 1989). Em Vila Rica do Ouro Preto⁴, a convergência dos diferentes arraiais dispostos espaçadamente no território passou a integrar o que foi denominado de Caminho Tronco, principal eixo de ligação do núcleo urbano e local onde estavam dispostas quase a totalidade das edificações existentes, inclusive as principais construções religiosas e institucionais (VASCONCELLOS, 2011).

Como evidenciado por Salgado (2010), o núcleo urbano de Ouro Preto foi conformado através de uma ocupação longilínea, fruto dos antigos arraiais espaçados que foram se unificando com o tempo, com

4 Através da Carta Régia de 15 de dezembro de 1712 foi confirmada a criação da Vila Rica do Ouro Preto, a partir da junção dos arraiais do Ouro Preto e Antônio Dias, com termo de ereção datado de 1711 (VIEIRA, 2016).

início no Passa Dez de Baixo e trecho final no Padre Faria - caracterizados como os pontos extremos do eixo do Caminho Tronco. Por muito tempo houve a predominância da ocupação ao longo do Caminho Tronco, como pode ser observada em registros iconográficos, como a planta datada de 1888, com destaque para o trecho que compreende o bairro Padre Faria (FIG 1). Destaca-se igualmente, a fotografia de Luiz Fontana (FIG 2), um registro posterior, possivelmente entre os anos 1920 e 1950.

Figura 1. Detalhe de planta da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, presidente da Província em 1888. Em destaque a Igreja do Padre Faria e de Santa Efigênia, com ocupações concentradas principalmente na Rua Padre Faria, que leva a Capela de mesmo nome.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

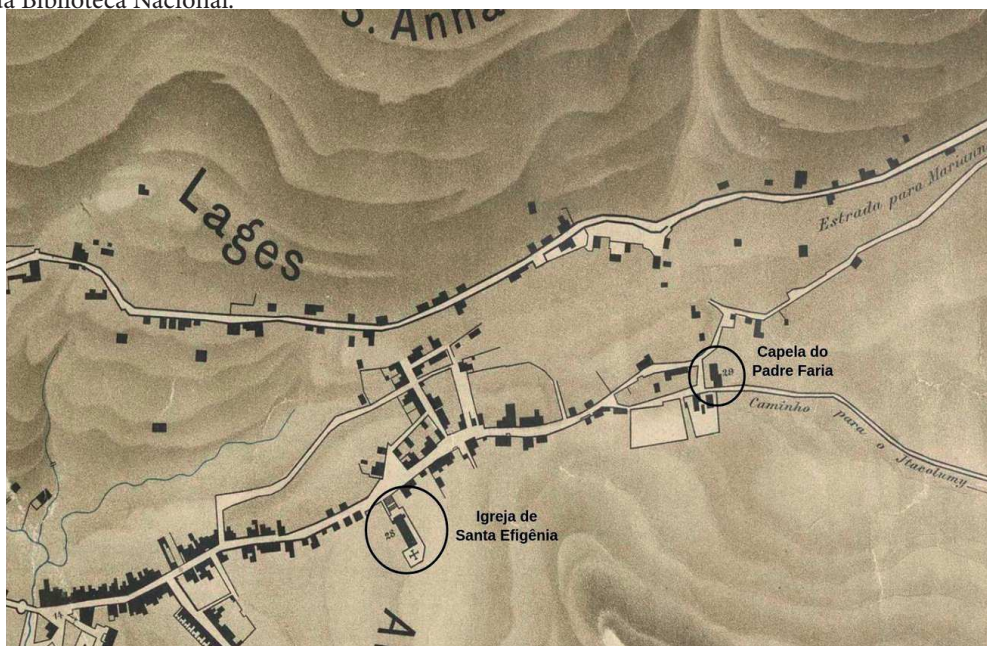


Figura 2. Vista do bairro Padre Faria, provavelmente entre os anos de 1920 e 1950. Nesse momento ainda é perceptível a predominância das construções ao longo do Caminho Tronco. Em destaque a Igreja do Padre Faria no canto esquerdo da foto.



Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura (IFAC).

Apesar de ser desde o início alvo das medidas de valoração e proteção e apresentar significância no contexto de formação local, o que diferencia o bairro Padre Faria dos demais é o processo de transformação urbana que ocorreu de maneira mais acentuada em seu território, modificando sua imagem, se comparada àquela criada e institucionalizada para representar a cidade de Ouro Preto. Isso ocorreu, entre outros fatores, pois no momento em que foram estabelecidas as medidas de proteção em Ouro Preto o território do bairro ainda apresentava um número expressivo de lotes vagos, além dos morros do entorno, áreas suscetíveis a imprevisibilidade dos novos processos de ocupação, alicerçados pela anomia local, no que diz respeito às diretrizes e parâmetros construtivos.

Esses vazios urbanos presentes no bairro foram sendo ocupados de forma desordenada nos momentos de expansão urbana de Ouro Preto, modificando sua estética colonial, como a partir dos anos 1940, quando ocorreu o aumento populacional e a expansão urbana, em decorrência, principalmente, do denominado ciclo do alumínio (COSTA, 2011). O processo de crescimento urbano de Ouro Preto gerou modificações significativas na organização da cidade e no núcleo valorado, que até aquele momento tinha recebido poucas alterações se comparado a atividade em curso nesse período, sendo ocupado de forma acentuada em suas regiões periféricas, que ofereciam condições deficitárias de infraestrutura física.

De acordo com o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, elaborado em 1975, nesse momento de expansão urbana “constrói-se, notadamente, no Morro da Queimada, Padre Faria, Santa Efigênia, Morro do Cruzeiro, São José, Cabeças e, com a abertura da rodovia MG-56, em Água Limpa e Veloso” (FJP, 1975, p. 13). Ressalta-se o crescimento desordenado do bairro Padre Faria nos anos 1970, incentivado pela capacidade de ocupação de lotes vagos por aqueles que chegavam à cidade em busca de trabalho nas indústrias ali instaladas, o que promoveu um processo de modificação do conjunto arquitetônico, do tecido urbano, da população residente, bem como das práticas cotidianas locais.

Em síntese, o bairro Padre Faria se constituiu enquanto um dos primeiros núcleos povoadores de Ouro Preto devido a exploração aurífera da região, compondo também o principal caminho da cidade, juntamente com os outros núcleos formadores de Vila Rica. Tal processo de ocupação determinou sua importância histórica na formação de Ouro Preto e sua inclusão na principal faixa de proteção, bem como a existência de edificações significativas em sua mancha urbana - entre elas a Ponte Padre Faria construída em 1750, o Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria em 1757 (VASCONCELLOS, 2011) e a Capela do Padre Faria em 1710 (VASCONCELLOS, 1904), além das edificações residenciais remanescentes do período colonial.

Apesar disso, fatores contribuíram para a maior diferenciação dos trechos extremados da mancha de proteção, incluindo o Padre Faria, na medida em que o próprio território e sua constituição parcial ou fragmentária possibilitavam a apropriação mais espontânea por parte da população local ou por aqueles que chegavam à cidade nos diferentes períodos de fluxo populacional. De acordo com Vieira (2006), nos períodos de adensamento e expansão do núcleo urbano de Ouro Preto ocorreu o desaparecimento de casas nos extremos do território, nesse momento espaços geográficos constituídos pelo Padre Faria de um lado, Cabeças do outro e ainda, um pouco mais tarde, os morros. Ainda de acordo com a autora, isso ocorreu pois eram áreas de constituição rarefeita, com espaços livres à ocupação, bem como com casas que apresentavam aspectos construtivos mais instáveis. Em contrapartida, os trechos no entorno do

centro administrativo de Ouro Preto, foram marcados pela presença de acréscimos nos imóveis, enquanto o próprio centro apresentava edificações que poderiam ser consideradas mais estáveis.

Diante desses processos em meados dos anos 1970, o bairro Padre Faria já era caracterizado como uma área periférica no Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto, em referência a um núcleo central protegido de maior protagonismo, coerência e homogeneidade, constituído principalmente pela Praça Tiradentes e pelos bairros Pilar e Rosário, assim definido como periferia imediata da zona central ou ainda da zona de preservação especial, que seria estruturada posteriormente. Desse modo, se nesse momento na cidade “delinearam-se uma área consolidada, uma área em processo de transformação e áreas em franca expansão” (FJP, 1975, p. 14), parte do Padre Faria estaria, no que concerne a porção valorada, se transformando e se diferenciando.

Diante desses processos históricos e da análise da realidade atual do bairro, é possível considerar que o Padre Faria se estabelece em uma posição peculiar no tecido urbano de Ouro Preto. O bairro se encontra no limite do trecho de ocupação inicial e da principal mancha de proteção ao patrimônio cultural, mas também às margens do perímetro privilegiado, apresentando porção ocupada pelo dinamismo proveniente dos processos de expansão em um espaço de transição entre os novos bairros conformados pelo crescimento da cidade e o “núcleo principal”. Está sendo utilizado o termo periferia do centro histórico para designar o Padre Faria, já que em virtude do perímetro tombado da cidade de Ouro Preto, o bairro pode ser entendido como periferia sem, no entanto, desconsiderar que existem outros bairros ainda mais distantes e negligenciados pelas políticas urbanas.

De acordo com Jeudy (2005, p. 98), “os entre-dois-espacos, os “não-lugares”, tudo que define uma percepção do informe, situa-se em princípio na periferia da cidade, raramente no centro”. Ou seja, a periferia seria o local caracterizado pela heterogeneidade, no qual as diferenciações têm maior liberdade de se estabelecer, abrigando diversos artefatos possíveis, inclusive aqueles capazes de dialogar com o centro das cidades. O mesmo autor ainda pontua que um dos objetivos do princípio de reflexividade, característico da lógica patrimonial, seria justamente reduzir essas contingências presentes nas cidades a uma imagem única, capaz de traduzir o que se espera de determinado centro urbano, principalmente quando se trata de cidades patrimonializadas.

No caso do bairro Padre Faria, geograficamente, realmente trata-se de uma área relativamente distanciada do centro administrativo da cidade e com menor valor de terra se comparado ao núcleo central, entretanto, existem em Ouro Preto porções mais extremadas. A posição geográfica do Padre Faria mais próxima da periferia que do trecho central se estabelece também por questões topográficas, já que para alcançá-lo é necessário transpor uma significativa barreira física com início no bairro Antônio Dias, o que acaba “distanciando-o” ainda mais do centro. Se forem verificadas as questões fundiárias, outros trechos da cidade apresentam situações mais conflitivas, considerando principalmente as ocupações irregulares em locais com risco geológico nos morros de Ouro Preto.

Administrativamente, somente trecho do bairro Padre Faria está incluído na Zona de Preservação Especial - ZPE, definida no mapa de zoneamento da cidade de Ouro Preto pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP, por meio da Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011. O trecho também corresponde à área de Preservação Especial - APE, definida pela Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010,

pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Nessas áreas de proteção, de perímetros concomitantes, estão inseridas, em toda sua extensão ou somente algum trecho, as ruas Padre Faria, Desidério de Matos, Maciel, Rezende, Nossa Senhora do Parto, Santa Rita, Frederico Ozanan, Doze de Outubro e Oito de Setembro do bairro Padre Faria, como pode ser observado no mapa a seguir (FIG 3), que apresenta em vermelho a mancha citada, sobreposta a mancha branca de delimitação do perímetro oficial do bairro⁵.

Figura 3. Indicação das ruas que compõem a Zona de Proteção Especial - ZPE no bairro Padre Faria com presença de imagens ilustrativas.



Elaboração: Paula Lara, 2021.

Posto isso, é importante frisar a relevância em ter em mente a situação urbana atual de Ouro Preto, que se estabelece a partir das transformações provenientes da dinâmica de crescimento, expansão e adensamento urbano, que resultaram tanto na conformação de novas áreas ocupadas externas a mancha protegida, como a modificação dos bairros existentes e de constituição colonial, em conformidade com o dinamismo dos novos processos de ocupação (COSTA, 2011). Todavia, mesmo diante da concretude modificada da cidade de Ouro Preto, repleta de inovações provenientes dos novos e constantes processos de crescimento, estabelecidos das mais diversas formas e em diferentes épocas, nota-se que determinadas análises ainda são baseadas em uma conformação imagética da cidade muito mais condizente com os discursos e anseios preservacionistas.

A composição urbana e arquitetônica do bairro Padre Faria frente ao colonial ouro-pretano

Frente à análise do bairro Padre Faria é possível observar que seu território foi se constituindo cada vez mais pelo hibridismo proveniente das edificações remanescentes, tidas como coloniais, e as que se adaptaram aos novos processos de moradia em conformidade com a instalação das indústrias na cidade.

⁵ Com base no Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020), disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

Esse processo voluntário de ocupação do território de forma não ordenada pelo patrimônio, ainda que regulada por ele, trouxe à localidade uma paisagem distinta de outras mais da cidade de Ouro Preto. Mesmo compondo a área de tombamento, em decorrência dos processos específicos de transformação bem como da parcela da população residente e de suas condições de vida, as edificações e núcleo urbano do bairro demonstram sua diferenciação em relação ao restante da cidade, se estabelecendo “do “estilo-patrimônio” a construções recentes de baixo padrão” (COSTA, 2011, p. 375).

No caso específico do bairro, sua inserção na principal mancha de proteção pouco serviu para regular seus processos construtivos e feições promovidas por estes, mediante a falta de controle do órgão de proteção, concentrado na imagem da região considerada “nômica”. A hibridez do bairro Padre Faria, se comparado a uma imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto, formulada para representá-la, é caracterizada pela urgência dos novos processos construtivos, perpassados pela lógica colonial sedimentada no imaginário da cidade, assim, uma insurgência condicionada pela aparência do oficial.

Para compreender esse processo, pode ser utilizado o conceito de margens do estado (DAS, POOLE, 2004), haja vista que as regulações impostas ao núcleo central não estavam ausentes do Padre Faria, mas os moradores do local, em razão de sua condição econômica fragilizada, em muitos casos utilizaram de sua própria agência para possibilitar suas construções e reformas, reconfigurando as imposições do órgão regulador, nesse caso representado pelo IPHAN, ao qual estavam submetidos. Dessa forma, a dificuldade está em estabelecer quais aspectos do bairro realmente escapam do que foi considerado como legítimo na lógica patrimonial de Ouro Preto, na medida em que muitos imóveis realmente tiveram como intuito replicar a imagem produzida da cidade, porém de acordo com as possibilidades e anseios dos moradores locais.

As construções periféricas de Ouro Preto que diferem da imagem colonial representativa da cidade, não foram conformadas em decorrência de uma relação binária entre Estado e moradores das margens, pois mesmo em relacionamento assimétrico de forças eles estão associados. Ou seja, a imposição patrimonial não deixa de ser um poder manifesto, mesmo nas áreas periféricas, bem como a expansão descontrolada não deixa de ser uma consequência das próprias falhas e lacunas deixadas pela instituição protetora, permitidas e até mesmo negociadas por ela. Trata-se, então, de um acordo mútuo de permissividade, no qual as regras existem e os moradores reconhecem sua submissão a elas, porém, necessitam negociar seus limites para possibilitar seus empreendimentos, da mesma forma em que, nesse local específico, as regulações foram impostas de maneira menos incisiva, possibilitando a instauração de inovações que não chegaram a se estabelecer de forma semelhante em áreas centrais.

Esses são processos que podem ser observados no Padre Faria, já que as ocupações que ocorreram em contramão às diretrizes de proteção, ou até mesmo as construções informais, dialogam em alguma medida com a estética colonial que simboliza a cidade, ao adotar determinadas características construtivas e estilísticas. Ademais da razão da falta de adequação das diretrizes patrimoniais, que consideravam a cidade como uma unidade e não enquanto um todo formado por diferentes frações, determinados trechos ao se submeterem às demandas do crescimento urbano e dos novos moradores, foram impelidos à ilegalidade ou a diferenciação, na medida em que as requisições por adequação não eram viáveis. Em contrapartida, mesmo sem a devida aprovação, por diferentes motivos essas construções informais continuaram refletindo em algum grau a estética imposta pelas diretrizes patrimoniais.

Em relação ao seu acervo arquitetônico, foi possível observar que o território do Padre Faria é formado por edificações com atribuição de valor histórico e artístico, ou seja, alguns remanescentes do período colonial acautelados pelos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural. Entre esses bens formalmente reconhecidos estão alguns símbolos de maior destaque, com proteção individual por meio do tombamento, como a Capela do Padre Faria (FIG 4), a Ponte de mesmo nome e o Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria (FIG 5).

Figura 4. Vista da fachada frontal da Capela do Padre Faria.



Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Figura 5. Fotografia do Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria.

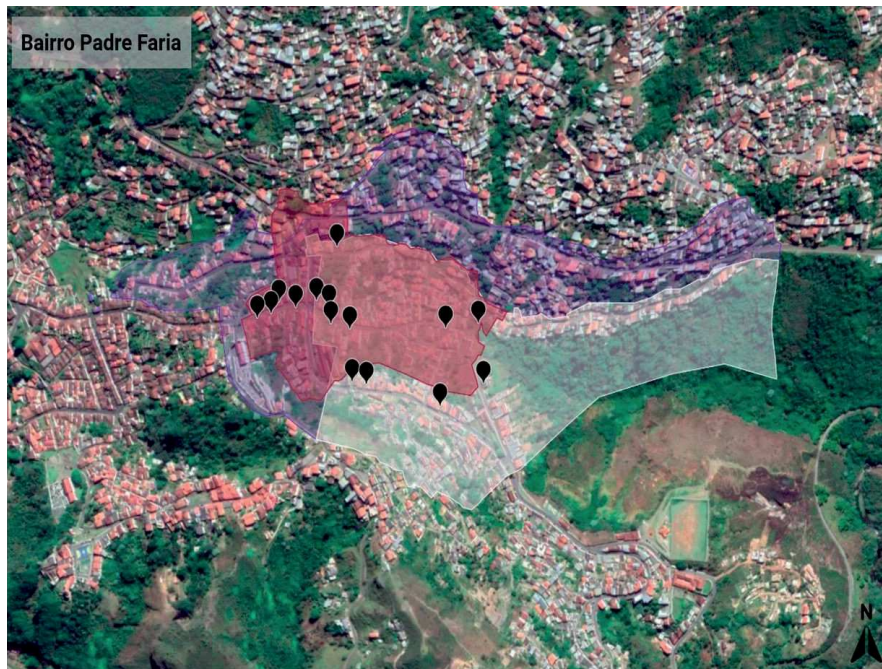


Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Além disso, o bairro abriga algumas edificações residenciais que foram inventariadas pelo município em 2009, em razão de conservarem características que contribuem para a estética do bairro, em referência

aos valores atribuídos à imagem da cidade patrimonial (FIG 6).

Figura 6. Indicação dos imóveis inventariados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2009 no bairro Padre Faria, em roxo a mancha do bairro Alto da Cruz.



Elaboração: Paula Lara, 2021.

Somados a esses imóveis formalmente valorados e protegidos por suas características estéticas e históricas, no bairro ainda podem ser encontrados imóveis que foram construídos mais tardiamente, mas que se assemelham à estética colonial (FIG 7 e FIG 8). Eles também são capazes de contribuir para a manutenção da imagem patrimonializada do bairro, visto que, em conjunto, possibilitam certa harmonia almejada pela instituição responsável pela proteção da cidade. No caso do bairro, são esses dois tipos de exemplares, os formalmente reconhecidos e os que ainda conseguem se assemelhar a estética colonial, sem muitas alterações, principalmente em suas fachadas, que são responsáveis pela articulação dessa unidade socioespacial com o restante do núcleo central da cidade.

Em contraposição, o bairro ainda é constituído por edificações empreendidas em conformidade com a legislação ou não, assim formais e informais. Essas se caracterizam como novas construções ou ainda imóveis antigos reformados, em alguns casos com referências diretas à cidade formal protegida, replicando, de forma espontânea ou não, de maneira pertinente ou não, as características formais do núcleo central protegido. Ou ainda são destituídas de qualquer rigor formal em relação à estética que predomina na cidade, assim fora do padrão construtivo imposto para inserção delas em um núcleo protegido. Elas seguem então as possibilidades e preferências técnicas e construtivas do próprio morador, se eximindo da responsabilidade que recai quando pertencente a um conjunto preservado.

Figura 7. Edificação número 161 na Rua do Padre Faria, inventariada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2009.



Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Figura 8. Edificação de construção recente localizada na Rua Padre Faria, no número 249.



Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Entre essas estão edificações que apresentam aspecto colonial caso observadas sem a devida atenção, principalmente quando vistas em conjunto e com foco em suas fachadas frontais. A partir de um olhar mais apurado, nota-se que alguns elementos não se enquadram à estética colonial, podendo se tratar nesses casos tanto de edificações mais recentes ou de edificações antigas modificadas, apresentando elementos que as diferenciam. Entre essas estão algumas que foram somente alvo de modernizações, como revestimentos de meia parede na fachada frontal, mas que ainda mantêm a volumetria característica, no qual é possível supor que se trata realmente de exemplares arquitetônicos passíveis de valorização, porém em uso e por isso suscetíveis às mudanças.

Em outros observa-se que a tentativa de conformidade com a imagem colonial é simplificada, resumida a inserção de determinados elementos arquitetônicos, tendo destaque a janela em guilhotina com verga reta, a implantação no alinhamento da via e os beirais com presença de cachorro (FIG 9 e FIG 10). Quanto ao conjunto, se a implantação no alinhamento da via permite determinada uniformidade, se restringe a isso, já que a cumeeira das coberturas se coloca de forma desalinhada, em razão das mais diversas soluções dos telhados, e também não há preocupação em relação à proporção dos diferentes volumes, como observado também por Vieira (2016).

Figura 9. Edificação na Rua Padre Faria com determinadas características do estilo colonial, porém com presença de “inovações”.



Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Figura 10. Edificações na Rua Nossa Senhora do Parto, nota-se que somente alguns vãos de uma delas apresentam ligação com a estética colonial.



Fonte: Paula Lara, 03 de julho de 2021.

Diante disso, considera-se que em cada momento o núcleo urbano do bairro foi se moldando ou sendo modelado pelos processos históricos e sociais que estavam em curso em seu território. Cada novo elemento ou cada transformação no bairro corresponde a sobreposição dos diferentes períodos. Em razão desses processos sucessivos de mudanças sociais e construtivas, refletidos no próprio território urbano por meio das adições e subtrações ao longo das fases de transformação socioespacial, o bairro se configura atualmente como um todo complexo, já que as próprias inovações incorporadas ao bairro resultaram em um conjunto de acúmulos de elementos mesclados, tendo como base fundamental a estética colonial.

Nesse aspecto, a paisagem do bairro se configura como um elemento em constante transformação, não se estabelecendo como algo dado, mas uma espécie de registro histórico complexo do trabalho realizado ao longo do tempo. Nos dias atuais, as transformações se apresentam na heterogeneidade socioespacial do lugar, caracterizadas principalmente pelas diferenças de moradias construídas no passado e aquelas de períodos mais recentes, em alguns casos se tratando de autoconstruções, indicando ainda o surgimento de uma mancha periférica no interior do próprio bairro. Assim, no Padre Faria ainda é possível observar, não só, mas principalmente em manchas centrais, edificações que buscam manter as aparências coloniais, e casas que adotam assumidamente as inovações, sendo que até nestes últimos casos estão refletidos alguns elementos da estética característica ouro-pretana.

O que esses imóveis demonstram é o processo de adaptação do núcleo urbano de Ouro Preto às novas e diferentes necessidades de sua população local, em paralelo a uma estética e a um imaginário próprio da cidade, o que produziu tipologias arquitetônicas híbridas, conformadas a partir do que foi imposto e do que foi possível. Se utilizadas as concepções de Certeau (1998), as estratégias tecnocráticas, nesse caso patrimoniais, produzem e impõem as lógicas vigentes no bairro, e as táticas dos moradores só são capazes de manipulá-las e/ou alterá-las, como no caso das novas edificações com elementos advindos do tradicional ouro-pretano.

Logo, pode-se afirmar que a arquitetura produzida na cidade, das mais diversas formas, teve o colonial como referência, mesmo que distorcido, tanto na malha urbana consolidada como nas novas áreas contíguas, sendo que este referencial vai se diluindo pouco a pouco do centro para as margens, restando, ao fim, somente alguns poucos elementos da arquitetura colonial, ainda que adaptados às demandas e urgências atuais de seus moradores. Em certa medida, é como se a distância em relação ao núcleo central fosse o parâmetro para o grau de inovações permitidas na cidade, porém, sempre com um aspecto atrelado a ordem estabelecida.

Esses aspectos arquitetônicos do bairro Padre Faria demonstram ainda como comumente se estabelece a construção da cidade de Ouro Preto, na medida em que revela os desdobramentos da contradição entre a imposição de um espaço homogêneo e monumental e os resultados das condições de possibilidade, diretamente ligados a realização da vida, e que acabam se colocando de modo contestatório no espaço urbano. Tais aspectos revelam a existência de uma luta em torno dos modos de apropriação do espaço da cidade, sendo este um processo desigual, que se revela nos diferentes fragmentos que a constituem.

Mediante a essas reflexões e, também, das conseqüentes ponderações a respeito do cenário que constitui atualmente o bairro, é possível concluir que as marcas simbólicas do colonial ou do patrimonial não permanecem somente na arquitetura ou no urbano, mas figuram também e principalmente no

imaginário coletivo da cidade, na medida em que a imagem do colonial ainda hoje ressoa no modo de ser ouro-pretano, em que as conexões e permanências de uma estética específica se configuram como iniciativas privadas.

Considerações Finais

No caso da cidade de Ouro Preto, a noção distorcida sobre a preservação do patrimônio cultural e a ausência de reflexão a respeito do planejamento urbano levaram à negligência do território em sua totalidade e complexidade (COSTA, 2011). Diante disso, determinados bairros, tal como o Padre Faria, foram se estruturando à revelia, carentes de infraestrutura adequada e de controle do uso e parcelamento do solo, enquanto outros, aqueles capazes de representar a imagem colonial, receberam mais atenção, uma vez que o processo de reflexividade “consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade” (JEUDY, 2005, p.20). Isso porque determinados bairros são dotados de características que os fazem aptos a retratar a estrutura simbólica da cidade, enquanto outros se conformam justamente pela possibilidade da inadequação (CORDEIRO, 1997), locais muitas vezes esquecidos e negligenciados o que acaba acarretando, paradoxalmente, uma dada autonomia para sua vivência cotidiana.

Em razão disso, na cidade de Ouro Preto são identificadas e apontadas regiões “patrimonializadas” da cidade e aquelas “não patrimonializadas” como se fosse uma tarefa fácil distinguir tais fronteiras no território e em sua temporalidade, algo demonstrado pela própria fragmentação de bairros em diferentes zoneamentos. A dificuldade se estabelece na medida em que algumas regiões apresentam os traços “patrimonializados” muito diluídos no tecido urbano, que chegam a se ausentar em alguns trechos, mas que retornam em outros, como é o caso do bairro Padre Faria. Ainda são ignorados que os próprios processos de autoconstrução da cidade de Ouro Preto também têm como base a simbologia do patrimônio, na medida em que seus moradores assimilaram a lógica formulada e imposta e a reproduzem de forma espontânea e criativa, produzindo a partir disso, entrelaçamentos entre a lógica imposta e as possibilidades daqueles submetidos a ela.

Isso reflete o processo de manutenção da imagem da cidade, enquanto uma tentativa de subverter o movimento intrínseco de mudança de qualquer centro urbano, que é estruturado justamente por meio das transformações promovidas ao longo do tempo, sejam elas de crescimento, estagnação, desenvolvimento, adensamento, expansão e outras, em prol da preservação de um aspecto homogêneo. Em Ouro Preto, mesmo o novo, enquanto dinâmica construtiva espontânea da cidade, não tendo sido algo desejado ou aceito pelos agentes ou atores hegemônicos do patrimônio, irrompeu transformando a significativa área de tombamento, seja de forma sutil ou exacerbada. Esses locais participam da história da cidade, indicam a impermanência a que toda cidade está suscetível, enquanto um território habitado.

Portanto, evidencia-se que a paisagem do núcleo urbano de Ouro Preto se configura como um todo articulado, devendo, para a sua compreensão e análise, ser considerada tanto a ocupação setecentista que subsiste no tempo como as ocupações mais recentes responsáveis pela configuração urbana atual. Somente a partir do entendimento do todo, considerando suas diversas especificidades, é possível estabelecer

diretrizes para a qualificação do espaço com base na preservação patrimonial, bem como na qualidade de vida da população local, modelando as normas de planejamento urbano de forma coerente com as partes que compõem o tecido urbano.

Além disso, é ressaltada a importância de estudos que versem sobre o espaço arquitetônico e urbanístico informal ou ainda popular, tendo em vista a importância de se estabelecer um campo de informações menos lacunar no que se refere à realidade social e urbana do país, considerando sua expressividade no território nacional, enquanto uma das únicas formas que a população encontrou para possibilitar sua moradia própria. A relevância desses estudos também se estabelece na medida em que podem subsidiar políticas públicas de habitação e de planejamento urbano e territorial, contribuindo ainda para o desenvolvimento de tecnologias mais adequadas e compatíveis com as realidades sociais e para a valorização das técnicas e saberes associados a essa produção. No caso específico de Ouro Preto, as áreas de ocupação informal ainda se apresentam perpassadas por outras particularidades, decorrentes de aspectos patrimoniais e do estilo colonial que caracteriza a cidade.

Referências

- ASSUMPÇÃO, L. R. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-142, jun. 1989.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CORDEIRO, G. Í. **Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica**. Lisboa: Etnográfica Press, 1997.
- COSTA, E. B. da. Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. 427f. **Tese** (Doutorado – Programa de Pós-graduação em geografia humana. Área de concentração: Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- DAS, V.; POOLE D. (Orgs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte, 1975.
- JEUDY, H-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MOTTA, L. O Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 108-122, 1987.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SALGADO, M. Ouro Preto: paisagem em transformação. 2010. 193 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2010.

TOLEDO, L. de. Padre Faria. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 6 n. 2, Belo Horizonte, 1901.

VASCONCELLOS, D. L. de A. P. de. **História Antiga das Minas Geraes**. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

VASCONCELLOS, S. de. **Vila Rica**. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

VIEIRA, L. de C. As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX – estudo comparativo entre o inventário de 1949 e 2002. **Dissertação**. Mestrado (Arquitetura) FAU / UFBA, 2006.

VIEIRA, L. de C. O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. 2016. 288 f. **Tese** (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

Submetido em: 14.12.2021

Aceito em: 21.04.2022